

**JOSÉ MÁRIO PIRES
AZANHA** é professor
da Faculdade de Educação
da USP e ex-diretor geral
do Departamento de
Educação da Secretaria
da Educação na
administração Ulhôa
Cintra.

*Ulhôa
Cintra:
estadista
da
educação*

JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA



o final do ano passado, faleceu o professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra, ex-reitor da Universidade de São Paulo e ex-secretário estadual de Educação de São Paulo. Ele notabilizou-se na vida social e científica do país como médico, professor universitário e educador.

Sua passagem pela Faculdade de Medicina, onde formou-se em 1930, foi marcada por relevantes trabalhos na área do ensino e da pesquisa. Segundo o professor Geraldo Medeiros, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (23/1/99), o professor Ulhôa Cintra “montou o Serviço de Moléstias da Nutrição e o Laboratório Metabólico da Primeira Clínica Médica no Hospital das Clínicas da FMUSP”, tendo sido “um indiscutível pioneiro da moderna endocrinologia” no Brasil. Mesmo após a aposentadoria compulsória, em 1978, o professor Ulhôa Cintra continuou diuturnamente a participar como pesquisador e médico das atividades da Faculdade e do Hospital das Clínicas até próximo de sua morte.

Embora tenha se destacado na área da docência e da pesquisa, talvez a mais notável contribuição de sua vida universitária tenha ocorrido na sua passagem pela Reitoria da Universidade de São Paulo. Na época, embora essa instituição estivesse criada há mais de vinte anos ainda permanecia como uma simples reunião de escolas profissionais tradicionais, à qual se havia acrescentado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Com o seu amplo conhecimento da vida universitária americana e europeia, a sua firme atuação como reitor e o seu renome como catedrático da Faculdade de Medicina, o professor reuniu condições de respeitabilidade acadêmica para obter que os

feudos das grandes escolas fossem desfeitos em benefício da própria idéia de universidade. Ainda na reitoria a atuação do professor foi decisiva na criação de diversos institutos de ensino e de pesquisa com a reunião de recursos humanos e materiais que permitiram a consolidação da investigação em novos patamares. A própria implantação da Cidade Universitária deve muito à sua visão e tenacidade.

No início de 1967, o professor foi convidado para assumir o cargo de secretário de Estado da Educação do governo Abreu Sodré. Nesse cargo, em que permaneceu até maio de 1970, quando saiu por pressões militares, realizou uma obra que foi um ponto de inflexão na história da educação de São Paulo e do Brasil. É longa a lista de suas realizações na sua passagem pela Secretaria da Educação. No plano administrativo, o professor fez a reforma da estrutura da secretaria de uma maneira radicalmente descentralizadora, revogando dezenas de atos que compunham uma legislação caoticamente acumulada desde a década de 30. Não é difícil imaginar que os interesses contrariados por uma reforma tão abrangente e ousada – no final de 1969 – aumentassem em muito as pressões para seu afastamento do cargo alguns meses depois, em maio de 1970.

No plano pedagógico, o professor Ulhôa determinou a reformulação dos programas do então ensino primário, adotados “em caráter experimental” em 1949, quase vinte anos antes. Essa reformulação, sob a responsabilidade direta do professor Cândido de Oliveira, foi profunda e deu ao professor primário uma surpreendente e ampla autonomia de trabalho; ao mesmo tempo modificaram-se as normas de avaliação do rendimento escolar e instituíram-se os ciclos na seriação escolar (sob o nome

Este pequeno artigo foi originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo* (31/12/98), logo após a morte do professor Ulhôa Cintra. Para esta publicação, ele foi revisado e um pouco ampliado. Porém, permanecem muitas lacunas, principalmente no que se refere à atuação do professor no âmbito da Universidade de São Paulo. Esta publicação tem mais o sentido de uma homenagem e de um convite aos amigos e especialistas para que, oportunamente, ofereçam subsídios para recuperar momentos muito significativos da história da Universidade.

de níveis), que alguns anos depois foram reinventados.

Na área do ensino secundário e normal, retomaram-se os concursos de títulos e provas para ingresso, paralisados havia quase dez anos; iniciou-se também uma profunda reforma do ensino colegial com a unificação das séries iniciais dos antigos cursos clássico, científico e normal e a criação, na terceira série, de áreas propedêuticas e pré-profissionalizantes.

Em 1970, instituiu-se, em todas as escolas públicas, o período de planejamento prévio ao início das atividades escolares, prática que permanece até hoje. Mas o ponto alto da administração Ulhôa Cintra, na área do ensino público estadual, foi a efetiva instituição e implantação, na educação brasileira, da escolaridade de oito anos para toda a população. Essa iniciativa, porém, não poderia ocorrer sem uma profunda revisão do próprio conceito de escola pública, que deu origem a uma polêmica viva até hoje.

A revisão feita foi no sentido de compreender que a escola básica democrática deveria abranger não apenas o ensino primário mas também o ensino ginásial, pois ambos os segmentos eram partes de um mesmo processo de formação geral mínima para todos os cidadãos. O que se fez, então, foi planejar e executar uma política de maciça expansão do ensino ginásial para que ele abrangesse a totalidade dos egressos do ensino primário. A motivação era a mesma da Reforma Sampaio Dória, realizada quase cinquenta anos antes, em 1920, quando a duração do ensino primário fora reduzida em dois anos para que toda população escolarizável pudesse encontrar vaga na escola pública. Desde então, com o ensino primário praticamente universalizado no estado de São Paulo, a exigência democratizadora da escola pública havia

se deslocado para o ginásio.

Contudo, os exames de admissão para esse nível de ensino, obrigatórios por lei federal, constituíam uma barreira quase intransponível para a grande maioria da população dos egressos do ensino primário público. Essa situação de estrangulamento da escola pública básica era aceita com naturalidade; raríssimos foram aqueles que se deram conta de que esse rigorismo do processo seletivo ao ginásio fundava-se numa concepção elitista da própria escola pública, como se ela fosse propriedade privada de uma classe média sólida e culturalmente preparada para que seus filhos vencessem na competição acirrada por vagas. Em face disso, e no firme propósito de expansão maciça dessas vagas, a Secretaria da Educação unificou a preparação das provas e reduziu as suas exigências. Os exames de admissão, assim unificados e facilitados, deixaram de ser a barreira tradicional que excluía os desfavorecidos e a matrícula na primeira série ginásial dobrou no ano letivo de 1968. Essa orientação prosseguiu nos anos seguintes e tornou-se irreversível.

Obviamente, essa política de expansão do ensino ginásial alterou profundamente o quadro anterior, obrigando a uma intensa e difícil ocupação dos espaços escolares. Mas o maior problema da administração Ulhôa Cintra, na época, consistiu na forte resistência de grande parcela do magistério que encontrou ampla ressonância no pensamento pedagógico e na imprensa. Raros foram os que defenderam essa política, embora todos, como sempre, defendessem a democratização do ensino. A alegação de combate era sempre a mesma: o inevitável rebaixamento da qualidade do ensino. A antiga idéia de Sampaio Dória (1920) de uma “escola aligeirada” como o

preço da democratização do ensino, num quadro de escassez de recursos, sempre causou repulsa aos defensores acadêmicos do ideal democrático.

Embora a pregação da democratização do ensino seja antiga e constante no pensamento brasileiro, sempre que ocorreu uma grande expansão das oportunidades educativas os educadores se sentiram chocados no seu zelo pedagógico. Foi assim com Sampaio Dória, em 1920; foi assim com Ulhôa Cintra, em 1968. O equívoco dessa idéia reside em desconhecer que a ampliação de oportunidades é, sobretudo, uma medida política e não simples questão pedagógica. Uma escola democrática tem de ser forçosamente a escola de todos.

Aliás, não poderia ser de outra maneira, pois qualquer que seja o significado que se atribua ao termo “democracia” não se poderia, hoje, limitar a sua aplicação a uma

parcela da sociedade como na antiga Grécia, onde a liberdade política era privilégio de alguns.

Ulhôa Cintra, médico de profissão e estadista pela visão política, compreendeu claramente essa idéia e implantou na educação pública brasileira a escolaridade básica de oito anos, de modo prioritário e definitivo. Ele provocou com essa medida uma revisão profunda do próprio conceito de escola pública, que passou a significar não apenas uma instituição mantida pelo dinheiro público, mas, sobretudo, uma instituição que beneficia amplamente a sociedade.

Na verdade, Ulhôa Cintra desprivatizou a escola pública básica em São Paulo, que era de excelente qualidade, mas reservada a poucos e, portanto, não democrática. Até hoje não se compreendeu plenamente a revolução que esse fato representou para a educação brasileira.